

CAMINHOS E NARRATIVAS DE MULHERES AGROECOLÓGICAS PELA SOBERANIA ALIMENTAR NA REGIÃO CENTRO-SUL DO PARANÁ, BRASIL *¹**PATHS AND NARRATIVES OF AGROECOLOGICAL WOMEN FOR FOOD SOVEREIGNTY IN THE REGION CENTRAL SOUTH PARANÁ, BRAZIL****Camila Mudrek² & Osvaldo Heller da Silva³**

c.mudrek@gmail.com - osvaldohsilva@gmail.com

Universidade Federal do Paraná - Centro de Estudos Rurais e Ambientais do Paraná
Paraná, Brasil**RESUMO**

Este artigo busca traduzir um pouco da realidade de mulheres ligadas a agroecologia em uma das regiões do Estado do Paraná, no sul brasileiro, bem como articular a particularidade de suas experiências com o histórico de formação do pensar e fazer agroecológico, afim de apontar demandas específicas advindas das experiências de mulheres e a necessidade em considerar, de maneira diversa, as relações de gênero nesta caminhada para construção de novas formas mais justas de organizar a vida. Problematizar todos os desdobramentos que a proposta agroecológica tem passa por considerar a diversidade de maneira ampla e irrestrita, desta forma entendemos que as mulheres assumem um papel central na produção de resistências ativas contra os padrões normativos que circundam múltiplas formas de relação (natureza/cultura, campo/cidade, mente/corpo, razão/emoção, mercado/existência).

Palavras chave: gênero, agroecologia, mulheres, soberania alimentar.**ABSTRACT**

This article seeks to translate a little bit of the reality of women linked to agro-ecology in one of the regions of Paraná, in southern Brazil, as well as articulate the particularity of their experiences with the training history of thinking and doing agroecology in order to pinpoint specific demands arising from the experiences of women and the need to consider in different ways gender relations in this journey to build a new fairer way of organizing life. Discuss all the ramifications that agroecological proposal has undergoes to consider the diversity on a broad and unrestricted way, this way we understand that women play a central role in the production of active resistance against the normative standards that surround multiple forms of relation (nature / culture, rural / urban, mind / body, reason / emotion, market / existence).

Key words: gender, agroecology, women, food fovereignty.

* Artículo recibido el 7 de junio de 2015; aceptado el 10 de septiembre de 2015.

¹ Investigación que forma parte del Centro de estudios Rurais e Ambientais do Paraná, en conjunto con la Universidade Federal do Paraná.

² Graduanda em Sociologia. Universidade Federal do Paraná/UFPR. E-mail: c.mudrek@gmail.com

³ Sociólogo. Professor Asociado do Departamento de Sociologia/UFPR. Membro do Centro de Estudos Rurais e Ambientais do Paraná (CERU-PR). Doutorado em Sociologia pela Escola dos Altos Estudos em Ciências Sociais - Paris, França.

Introdução

A atual conjuntura de crise alimentar global, do uso intensivo de agrotóxicos, da contaminação, da busca crescente por transgênicos cada vez mais 'resistentes', do aumento de doenças cardiovasculares, endócrinas, nucleares, bem como da padronização do gosto, do aumento irresponsável da produção de processados comprovadamente cancerígenos (Organização Mundial de Saúde, OMS – em relatório publicado dia 26 de Outubro de 2015), representam o fracasso do sistema agroalimentar em atender as necessidades básicas humanas, especialmente entre os mais atingidos pela dinâmica competitiva dos mercados: os países pobres. Além disso, este modelo desenvolvimentista que se instaura responde a uma lógica cultural e histórica ligada a modernidade ocidental, que pleiteia a centralização mercantil e competitiva dos grandes complexos alimentares.

Enquanto atividade cotidiana imprescindível para a vida a alimentação carrega e reproduz em si reflexos das relações socioeconômicas, assim como político-culturais de uma sociedade. Em nosso referencial ocidental contemporâneo o imaginário hegemônico constrói-se com base em uma percepção dual/binária e hierarquizada de valorização do moderno frente ao tradicional, do progresso frente a preservação, do industrial frente ao artesanal, do urbano frente ao rural, enfim os desdobramentos são inúmeros. Vivemos em um momento onde a problemática ambiental emerge como uma crise da civilização: da cultura ocidental, da racionalidade da modernidade e da economia do mundo globalizado (Leff, 2004, p. 9). O que significa que os paradigmas conceituais que envolvem a formação da civilização moderna passam por um processo de exclusão e subjugação de cosmovisões e de materialidades que convivem com propostas alternativas de organização da vida de forma mais justa e sustentável, onde o pensamento moderno/ocidental não dá conta de entender a complexidade da crise por manter uma miopia estrutural relacionada aos paradigmas e saberes predominantes construídos em volta do pensamento científico convencional (Pérez, Soler, 2013, p. 96).

Baseada em um racionalismo ultra valorizado, filho do Iluminismo, a 'racionalidade econômica' Leff (2004) prevê uma ampla instrumentalização de princípios que regem a produtividade, o desenvolvimentismo, o progresso mercantil, a globalização urbanizada e o avanço da modernização do mundo em uma guinada econômica e utilitarista. Pensando tais cadeias de subordinação (tanto materiais, quanto simbólicas) as questões alimentares e de abastecimento -que perpassam desde os pratos de comida cotidiana até os espaços de trabalho, produção e consumo no campo e na cidade- reforçam e produzem referenciais culturais que classificam um padrão, uma norma que orienta e articula as relações de poder aí presentes. Todo o montante de significação que não corresponda a estes princípios ficou necessariamente subjulgado ao campo da ordem simbólica, subjetiva, atávica e, o mais importante, improdutiva.

Neste sentido, precisamos olhar para o pensamento *descolonial* e *despatriarcal* de forma a entender as ferramentas analíticas que nos permitem perceber o direito a alimentação adequada e sustentável enquanto proposta inviável se não forem consideradas as questões ambientais e de gênero, que se interconectam de forma mútua e complexa dentro de uma visão crítica ao etnocentrismo e ao antropocentrismo que predominam na organização do sistema agroalimentar.

Em nome da produção de conhecimento e desenvolvimento econômico ligado a um mundo globalizado e unificado, a racionalidade moderna destruiu bases da sustentabilidade da vida, invadindo outros universos de significação que vinculam o marco opressivo antropocêntrico ao '*marco opressivo androcêntrico*' (Siliprandi, 2009) na ciência e na história, ao excluir e desprezar conhecimentos holísticos que não operam nesta lógica, bem como saberes e formas

produtivas ligadas aos valores de manutenção da vida que foram crescentemente relegados a processos inferiorizados ligados ao cuidado do ambiente privado.

Avançando um pouco, entendemos que o *antropocentrismo* se baseia no dualismo cultura/natureza, enquanto que o *etnocentrismo* parte dos pares moderno/não-moderno, desenvolvido/atrasado, humano/não-humano, e o *andocentrismo* dos dualismos associados ao masculino/feminino, público/privado e razão/emoção (Pérez, Soler, 2013, p. 100) que normalizam e naturalizam uma matriz complexa de relações de poder (dominação/resistência) e de privilégios.

Neste sentido, a razão é a perspectiva superior que legitima a dominação e a mesma lógica que a justifica cria também uma série de conceitos interligados que produzem distanciamentos entre noções tidas enquanto opostas, e mais que isso, hierarquizam esta diferença. A exemplo: homens = razão, mente / mulheres = corpo, natureza; onde o 'superior' está justificado para oprimir ou subjugar o 'inferior', negando uma relação de dependência entre as duas esferas. Esta postura de dominação do paradigma desenvolvimentista provoca uma subjugação do 'princípio feminino' (Shiva, 1991), ou seja, de características ligadas ao feminino ou feminilizadas, ao ver o meio ambiente enquanto recurso passível de exploração e à disposição da vida humana, tanto quanto a mulher exclusivamente enquanto reprodutora –e não produtora– desta mesma vida.

Segundo Di Ciommo (1999), o dualismo “é o processo pelo qual conceitos antagônicos foram construídos como opostos excludentes e apropriados pelo julgamento moral da lógica de dominação”. Deste modo, podemos afirmar que a formação dualista remete não apenas a um referencial de progresso e evolutivo como também patriarcal, que se reforçam mutuamente. Esta 'dialética dos contrários' (Leff, 2004) estabelece uma crescente inferiorização do “outro” que não corresponde ao modo universal referenciado nas relações de poder ligadas também ao universo simbólico do imaginário social.

Pensando a realidade camponesa tendemos a acreditar que a família rural se organiza enquanto um todo harmônico e homogêneo, livre de conflitos ou relações de poder desiguais. Dentro de suas abordagens a teoria Ecofeminista e o Movimento Feminista vêm, historicamente, tentando denunciar tal percepção simplista que não leva em conta as demandas específicas de mulheres do campo.

Desta forma, no contexto internacional, movimentos de resistência encabeçados por mulheres tratam de inúmeras questões que fazem frente ao modelo que se conforma. Um dos grandes exemplos é o Movimento Chipko, da Índia na década de 70, onde mulheres camponesas se organizaram por ações diretas não-violentas para resistir ao desmatamento abraçaram árvores que estavam sendo cortadas por madeireiros na região de Uttar Pradesh buscando proteger de florestas que sustentavam seu meio tradicional de existência sustentável e seu acesso a comida, água e combustível. Estas mesmas mulheres perceberam que elas não eram impotentes e também desenvolveram ações contra o aumento expressivo do uso de álcool pelos homens das vilas em que viviam –sobretudo os que trabalhavam com o desmatamento– e que afetava suas famílias; elas debruçaram -se sobre os efeitos que rodeavam este sistema de exploração da madeira, desde a erosão e degradação do solo até a reação violenta dos maridos quanto à participação delas nesses ambientes que passaram a ser considerados políticos. Outro movimento que ficou mundialmente conhecido através de sua idealizadora, Wangari Maatai, ganhadora do prêmio Nobel em 2004, é o *Green Belt Movement*– Movimento Cinturão Verde. Desde 1977 a professora Maatai iniciou a organização com base indígena, no Quênia, a fim de treinar mulheres para combater o desmatamento e a erosão do solo co a plantação de árvores e preservação da natureza, e que a partir destas premissas incentivou o trabalho e a

especialização de mulheres através de um incentivo monetário entregue as participantes do projeto.

Existem ainda outros exemplos, como o das mulheres da Região Krim, na União Soviética, que se opuseram corajosamente contra a instalação de uma nova usina nuclear, ou as mulheres da Nação Índia de Nevada Shoshone Ocidental, que se opuseram aos testes nucleares e as mulheres que no Pacífico combatem por um futuro livre de radiação, prevenindo danos para seus filhos através de testes atômicos franceses (Di Ciommo, 1999), mais ainda é importante percebermos que os efeitos disruptivos do colonialismo e da modernização na divisão sexual do trabalho após a introdução da economia de mercado atingem diretamente as mulheres, que tem posição central na economia das sociedades dos países menos desenvolvidos (Garcia, 2012). Com a explosão do Movimento Feminista na década de 60 e suas bandeiras históricas – autonomia, direitos reprodutivos, igualdade real, pelo fim da pobreza, contra a violência sexista, acesso aos espaços de poder- aliadas aos movimentos pelos direitos civis ganha força para pressionar governos e formação de políticas públicas internacionais que apoiem as mulheres mais pobres.

No contexto brasileiro, enquanto país da América do Sul, a realidade de mulheres camponesas encaixa-se entre as mais afetadas por estes marcos etnocêntricos, antropocêntricos e androcentrados, por serem, mais que qualquer sujeito (exceto talvez os animais não-humanos), as que mais se encaixam na categoria de “*outro*” frente ao referencial hegemônico aqui discutido. Em sua maioria, são elas que mantêm, cotidianamente, as tarefas não-valorizadas pelo mercado – as tarefas de cuidado e manutenção da vida: cozinhar, lavar, passar, limpar, cuidar da horta, da lenha, da água, das crianças, são elas que carregam consigo conhecimentos tradicionais de cura, do cultivo de ervas/plantas medicinais, da feitura de pomadas, emplastos ou chás curativos; assim como também são elas que são rechaçadas por não querer utilizar agrotóxicos, por procurar preservar a natureza local, mais ainda, são elas que são impedidas de participar de espaços públicos de discussão, que sofrem violência física e psicológica e que, muitas vezes, não tem acesso ao controle econômico de ganhos e gastos da família, não costumam herdar a terra ou tê-la em seu nome, entre outros.

Em resposta a estes processos, no Brasil o Movimento dos Sem Terra (MST) uma das organizações parte da Via Campesina Internacional representam em sua essência, o campesinato e da vida rural que, por sua vez, tem em sua base a preocupação com o feminismo e a ecologia, tendo como princípios a recuperação ambiental e processos coletivos de organização. Entre os braços destes movimentos temos o MMC – *Movimento de Mulheres Camponesas*.

Dos caminhos percorridos por mulheres agroecológicas

A partir desta auto-organizações de mulheres e, conseqüentemente, o aumento de sua pressão política, em 1995 editou-se o Programa Agrário, um documento importante em que se reconhecia a dureza da vida das mulheres rurais por conta da dupla jornada de trabalho, do preconceito, do machismo e das discriminações. No período seguinte, a postura da direção do Movimento dos Sem Terra (movimento de maior expressão no país) começa a mudar. Em 1996, realiza-se o I Encontro de Mulheres Militantes do MST, em que se cria o Coletivo Nacional de Mulheres, passando a ter a função de provocar a discussão nas instâncias internas do movimento (Siliprandi, 2009). Além disso, da participação no movimento sindical, no MST e em movimentos autônomos, as mulheres passam a organizar-se em diferentes grupos, como o Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), Movimento de Mulheres Pescadoras, ou de mulheres indígenas que passaram a se organizar por toda Amazônia Brasileira, assim como a Organização das Mulheres Quilombolas, em nível nacional. Destacam-

se também na década de 90 organizações como o Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia (MAMA), que propôs uma articulação regional feminista e ambientalista, não governamental, também presente em todos os estados da Amazônia Brasileira e que coloca novas questões sobre as preocupações das mulheres com a preservação ambiental a serem incorporadas nas agendas políticas (Sacchi apud Sliprandi, 2009), e o início da Marcha das Margaridas que se mobiliza sob a bandeira “Contra a fome, a pobreza e a violência sexista”, reconhecidas pelo governo federal em Resolução nº. 6, de 22/02/2001, em que o mesmo se comprometia a incluir a perspectiva de gênero em todos os instrumentos administrativos sob tutela do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Esses formatos organizacionais e suas propostas de englobar o feminismo na agenda camponesa nacional atingiram mulheres de diversos municípios e organizações sociais. No estado do Paraná, por exemplo, em 2012 mulheres Benzedeiros do município de São João do Triunfo, ligadas à ‘Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais’, conquistaram a lei municipal nº. 1.370/11, que reconhece a identidade coletiva das benzedeiros de Triunfo, regulariza o livre acesso as plantas medicinais por parte dos detentores de ofícios tradicionais de cura e propõe a construção de uma política municipal específica de acolhimento das práticas tradicionais de cura nos sistema formal de saúde.

Ainda pensando no fortalecimento da participação política de mulheres ligadas as questões de cultivo e acesso a terra, bem como da estrutura social de organização da vida, uma das estratégias que tomou força nas proposições sociais, ecológicas e de soberania alimentar é a agroecologia.

A guinada agroecológica se deu desde que o Movimento dos Sem Terra (MST) incluiu a proposta em sua agenda e suas ações, promovendo encontros, discussões, cursos técnicos de formação e a Jornada de Agroecologia que teve sua 14ª em 2015 na cidade de Irati, no estado do Paraná. Ali estão articulados diversos grupos, organizações sociais, comunidade acadêmica e de povos tradicionais que desenvolvem processos de transição em assentamentos, propriedades e comunidades da região, bem como de valorização do papel e da cultura camponesa, alternativas de pressão aos órgãos públicos e gestão de políticas voltas para a agricultura sustentável.

Dentro desta realidade, mulheres que entraram em contato com a proposta agroecológica decidiram fundar, em meados de 2011 a ASSIS (*Associação dos Grupos de Agricultura Ecológica São Francisco de Assis*), que hoje conta com associados e associadas de comunidades rurais dos municípios de Irati, Inácio Martins, Fernandes Pinheiro e Teixeira Soares. Dona Rosa, agricultora agroecologista, de 59 anos, com 6 filhos, uma das participantes de Inácio Martins e que também integra outros grupos que trabalham com a proposta, diz que

antes mesmo da agroecologia a gente já cultivava sem veneno, não queríamos contaminar nossa comida, nossa saúde, nosso corpo; mas depois percebemos que não estávamos sozinhas, que dava pra fazer mais coisa. Hoje em dia já fui até pra Brasília receber prêmio que reconhece nosso trabalho (D. Rosa, Pesquisa de campo, 2015).

Nesta fala transparece preocupações que antecediam as questões políticas trazidas pelos debates da agroecologia, mas também pode reforçar a mudança de valores que é trazida pelo reconhecimento de um novo conjunto de significações que envolvem não só questões ambientais como também abre margem para novas experiências produtivas que atingiam os

centros de poder masculino. Mais que isso, os relatos passam por uma consonância com outras realidades brasileiras ao demonstrar que depois do reconhecimento da Agroecologia na agenda da família rural as mulheres passaram a ter também um renda mensal e maior participação no controle da economia, como diz uma das entrevistadas do documentário “As Sementes”

Ninguém percebia o que a gente trazia pra dentro de casa também. Nós percebíamos a diferença, de ter um mamão para dar ao meu filho, de ter uma diversidade de hortaliças na minha mesa, de poder ganhar algo que eu comprava um chinelo para o filho, que eu comprava um caderno para o filho. Mas na visão das pessoas era 'aquelas mulheres passam o dia morrendo de trabalhar e não ganham nada' (As Sementes, 2015, 30 min).

A agroecologia traz em si uma preocupação com a diversidade e isso fica evidente nas falas das entrevistadas quando trata da produção de alimentos e sua disposição na mesa das famílias, bem como a valorização de formas de trabalho diversas, como seus panificados e seus artesanatos. Terezinha de Lima dos Santos, agricultora agroecologista, de 49 anos, com 2 filhas, morou a vida inteira na comunidade de Arroio Grande, próximo ao município de Rebouças, em sua trajetória relata que

uma das maiores alegrias que a Agroecologia pode trazer é poder dizer que sabemos o que estamos comendo, e, nas feiras, ouvir que a comida tem sabor de verdade, e que os clientes, que viram amigos, vão estar se alimentando bem também (D. Teresinha, Pesquisa de campo, 2015).

Mais que isso ela diz que na feira, a diversidade tem que estar presente, por isso em casa ela e o companheiro Sr. Roberto Carlos tentam plantar uma boa variedade de verduras e hortaliças. Terezinha também preocupa -se com questões ligadas à saúde, aos conhecimentos tradicionais- como feitura de chás e pomadas com poder curativo. Ela e seu companheiro fizeram no ano de 2015 um *Curso de Bioenergia* que ajuda a tratar a terra, os animais e as pessoas da família tomando por base esses conhecimentos. Outra mulher também protagonista da sua história -Claudete Ivanski- ressalta a importância da organização coletiva para manter a produção, segundo ela “...em grupo é melhor do que sozinha, a variedade aumenta e quando conseguimos organizar mutirão para ir cada dia em uma casa isso é coisa que na agricultura convencional não acontece, lá só é só a máquina que faz” (D. Claudete, Pesquisa de campo, 2015), percebendo ainda todo o valor da biodiversidade e respeito ao meio ambiente.

Dentro deste escopo, passamos a pensar e analisar quais estratégias poderiam libertar tanto as mulheres quanto à sua compreensão acerca da sua relação com a natureza. Neste sentido o pensar agroecológico deve, necessariamente, incorporar o feminismo e, por isso, uma política de reconhecimento da “cultura feminina” (do ser, saber e fazer feminismo) - onde as alternativas de produção e distribuição de alimentos em bases coletivas que considerem também uma transição onde a antiga divisão sexual de papéis seja questionada e novas relações de gênero instituídas.

As entrevistadas afirmam conhecer mulheres que são impedidas de sair de casa sozinhas (precisam levar filhos junto), ou não podem trabalhar fora porque “*lugar de mulher é em casa*”. Mais que isso, duas delas citaram o mesmo exemplo de um casal que faz parte da própria Associação e que a mulher não pode participar das reuniões, cursos ou oficinas sem a

presença do marido. Ou ainda, todas elas reconhecem a dificuldade em voltar da roça, onde marido e esposa trabalham juntos, e ter que dar conta –desta vez sozinha– dos afazeres domésticos tais quais limpar a casa, lavar as roupas, fazer comida e, ainda muitas vezes, cuidar dos filhos.

A dupla, ou tripla jornada de trabalho das mulheres já é denunciada há muito como uma problemática que precisa ser superada (Herreira, 2015; Fischer, 2006) mais que isso, percebemos que as mulheres ainda podem ser mantidas invisíveis através de proibições ou constrangimentos, da divisão sexual de tarefas e da recusa masculina em assumir os problemas “femininos” como sendo seus próprios problemas também – mesmo na Agroecologia.

Em distintos momentos no percurso do campo, várias narrativas chamam atenção. Uma das mulheres mencionou que já foi em reuniões apenas para cozinhar para o grupo e foi constrangida quando passou todos os dias de uma determinada semana “*fora de casa*” ajudando a organizar e chamar membros para participar de encontros - “*quando eu volto parece que estou presa*”, diz ela. Essa é uma cultura que tende a manter as mulheres isoladas e afastadas das posições de poder (Di Ciommo, 1999, p. 105) e que não fique apenas no campo do “pensar” mas que participe do “fazer agroecológico” também dentro de casa, do ambiente privado das relações de poder.

Por outro lado, muitos ganhos são reconhecidos com as possibilidades que se abrem a partir das estratégias deste fazer. Claudete Kruger, agricultora agroecologista, de 23 anos, casada, lembra que durante sua infância e adolescência seu pai sempre foi “*muito rígido*”, em suas palavras “*...meu pai não me deixava estudar à noite, tentei fazer o magistério mas só cursei o primeiro semestre, era tudo muito difícil*” (D. Claudete, Pesquisa de campo, 2015). Atualmente, ela participa de uma cozinha comunitária de processamento e beneficiamento de alimentos, cujas participantes são mulheres da associação, sua expressão se modifica quando faz menção à sua vida recém conquistada “*...estar para fora para vender, o que é bom pra quem gosta como eu, e com isso eu pude me tornar independente porque não é a mesma coisa quando você tem o seu dinheiro e não depende de mais ninguém*” (D. Claudete, Pesquisa de campo, 2015).

Terezinha também demonstra grande satisfação em “*poder estar na feira, conversando com as pessoas, tudo quanto é tipo de gente, explicando como fazemos nossa comida, como dá pra cultivar sem veneno e o quanto fica gostoso; todo mundo volta, porque dizem que a comida tem sabor*” (Pesquisa de campo, 2015).

Muitas destas mulheres, além de trabalhar na roça, na casa, na cozinha comunitária (fazendo, na maioria das vezes, pães, bolachas, macarrão e geléias) ou em feiras, também fazem artesanatos, bordados, vasos de bambu, ornamentos de miçangas, entre outros, e esse trabalho passou a ser comercializado também entre pessoas que não moram na comunidade, enquanto novas experiências que valorizam a multiplicidade deste universo que faz parte do que entendemos como feminino.

De tudo fica um reconhecimento de que “*as mulheres sempre enfrentam o que for*”, como diz Claudete, seja combatendo discursos que diziam que quem produz comida sem agrotóxico é burro, replicando que elas não queriam matar seus filhos, seja batendo de frente com impedimentos que não levam em consideração suas questões fazendo corpo presente como maioria nas reuniões, seja se fortalecendo em sua “*vontade de mudar o mundo*”, como diz Elisângela dos Santos, de 23 anos, com um filho de 8 anos que diz que “*poder cada um tem igual, e é machismo achar que só homem que trabalha*” (Pesquisa de campo, 2015).

Elas são militantes ativas na busca onde através de um exame consciente e coletivo do mitos sobre inferioridade, o medo ou letargia das mulheres é rejeitado, resultando em um redirecionamento de energia para uma mudança positiva. A compreensão da universalidade das experiências, dentro das condições de existência cotidiana, podem conduzir ao entendimento que induza a uma mobilização que modifique o ambiente social, no sentido de favorecer seu crescimento e desenvolvimento (Di Ciommo, 1999, p. 104).

Todas estas experiências e relatos traduzem um pouco da *“teia da questão alimentar”* (Presidenta do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional/CONSEA - Maria Emília Pacheco, 2015, em fala na III Jornada das Questão Agrária e Desenvolvimento) *que passa não só por questões produtivas e de abastecimento, mas que considera as diferentes pessoas, os vários atores envolvidos no processo, bem como a multiplicidade de relações e de demandas específicas e tão diversas quanto possível.*

Nos debates da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN) estes atores em sua diversidade são pontos chaves para o Direito Humano à Alimentação Adequada e que respeita a biodiversidade de cada sistema cultural envolvido. Assim sendo, as disputas centradas das grandes corporações, detentoras dos ganhos pelo domínio da industrialização e da artificialização dos sistemas agroalimentares voltados para o mercado global, fazem de nós, consumidores, plateia que paga o camarote para assistir o aumento da contaminação de alimentos, do uso de conservantes químicos, esterilização de sementes, despolitização e “medicalização da alimentação”.

A proposta da Soberania Alimentar também está centrada na construção destes sistemas agroalimentares estratégicos, que favoreçam o local, a produção camponesa e a agricultura familiar onde prevaleçam relações de poder equilibradas (Roces, Montiel, 2011), que vão ao encontro das possibilidades abertas também na proposta da Agroecologia e sua visão crítica quanto a construção de diálogos entre diferentes saberes e formas de repensar e substituir relações hierárquicas – seja com a natureza, seja com outras culturas, seja por diferentes formas de vida, seja entre os seres humanos que buscam compor este sistema de maneira mais democrática.

Cosiderações Finais

Estes movimentos de base, ou outros tantos menos conhecidos, que ocorreram em regiões da Ásia, da África e da América Latina tiveram –e continuam tendo– forte importância para demonstrar que essas mulheres camponesas não são meras vilãs ou vítimas apáticas da destruição ambiental. Mais que isso, comprova o quanto elas são inclusive militantes ativas em relação à necessidade de mudança nos modelos produtivos, a partir de críticas que constroem em suas condições empíricas de sobrevivência (Siliprandi, 2009).

Essas lutas ocorridas em seus territórios articularam a defesa do meio natural com a necessidade de protagonismo dessas mulheres nas decisões sobre os mesmos, bem como o próprio caminho da luta enriquece o esclarecimento e fortalece questões ligadas ao feminismo que passam a mostrar as inúmeras faces da opressão sofrida pelas mulheres e que não estavam sendo levadas em conta pelas políticas de desenvolvimento que atingem principalmente os países mais pobres.

Dito isto e pensando nas relações agroalimentares e sua fundamentação atual em estratégias competitivas, em termos de alternativas precisamos reiterar que é preciso que a agricultura subordine a indústria para recuperarmos a identidade e a potencialidade de cada espaço, fortalecendo circuitos curtos de produção, identificando recursos próximos ao produtor em uma

vida mais saudável e sustentável de produção e abastecimento, onde o ato de se alimentar não se resume a uma condição econômica/mercado lógica.

Alguns apontamento ficam para darmos continuidade a esta análise, na tentativa de construir um 'pensar' e um 'fazer' agroecológico que caminhe no sentido descolonial e despatriarcal, e ao encontro a Soberania Alimentar. Entendemos que algumas lógicas são excluídas dos índices de desenvolvimento capitalista, tais como: poder sair de casa, não precisar comprar remédios, ter autonomia econômica/financeira e ter poder decisório. Ou seja, entender a importância de ampliar estas concepções de mercado que não se apoiem apenas na efetividade produtiva, mas nos ganhos da qualidade de vida, do *buen vivir*, onde outros efeitos e resistências são considerados, bem como da qualidade de atendimento e de produtos saudáveis que podem ter durabilidade garantida por circuitos curtos de produção, que valorize os mercados locais a partir de feiras e que ganhe apoio técnico não só no sentido do acesso a equipamentos, mas que pressuponha uma assessoria técnica especializada, qualificada e contextualizada quanto as diferentes lógicas que atravessam a produção – dentre elas a estruturalidade das questões de gênero, de maneira a garantir igualdade na diversidade.

Referencias

- Beauvoir, S. (1949). *O segundo sexo: fatos e mitos*. Tradução: Sérgio Milliet. Vol.1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Di Ciommo, R. (1999). *Ecofeminismo e Educação Ambiental*. Cone Sul, Editora Uniube, São Paulo.
- Fischer, I. (2006). *O protagonismo da mulher rural no contexto da dominação*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massagana.
- Garcia, L. (2012). *Meio Ambiente & Gênero*. Editora Senac (Série Meio Ambiente, 16). São Paulo.
- Herrera, K. (2015). *Da invisibilidade ao reconhecimento: uma análise do papel da mulher rural a partir da perspectiva da multifuncionalidade agrícola*. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis. Recueprado de <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/132975>
- Leff, E. (2004). *Racionalidade Ambiental e a reapropriação social da natureza*. Editora RCB.
- Pérez, D., Soler, M. (2013). *Agroecología y ecofeminismo para descolonizar y despatriarcalizar la alimentación globalizada*; Revista Internacional de Pensamiento Político – I Época, Vol. 8, (pp. 95 – 113).
- Roces, I., Montiel, M. (2010). *Mujeres, agroecología y soberanía alimentaria em la comunidad Moreno Maia del Estado de Acre*. Investigacionaes Feministas, Vol. 1 (pp. 43-65).
- Santelices, B. (1989). *Algas Marinas de Chile: distribución, ecología, utilización, diversidad*. Santiago de Chile: Ediciones Universidad Católica de Chile.
- Schutz, A. (1972). *El Problema de la Realidad Social*. Buenos Aires: Amorrortu Editores.
- Sernapesca (2012). *Informe Sectorial Pesquero Región del Libertador Bernardo O'Higgins*. Pichilemu: Sernapesca.
- Shiva, V. (1991). *Abrazar la Vida: mujer, ecología, y supervivencia*. Montevideo: Instituto del Tercer Mundo.
- Siliprandi, E. (2009). *Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar*. Tese de Doutorado, Brasília.

Site da organização - <http://www.greenbeltmovement.org/>

Site da organização - <http://redepuxirao.blogspot.com.br/>